

PETRORECÔNCAVO S.A. E SUAS AFILIADAS

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

IDENTIFICAÇÃO DA SUPRIDORA PARA FINS DE FATURAMENTO

NOME/RAZÃO SOCIAL: PETRORECÔNCAVO S.A.
CNPJ: 03.342.704/0001-30

IDENTIFICAÇÃO DA COMPRADORA

NOME/RAZÃO SOCIAL: COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS – POTIGÁS
CNPJ: 70.157.896/0001-00

DADOS DO CONTRATO

CONTRATO Nº000/2024

PERÍODO DE VIGÊNCIA:

ANEXOS

ANEXO I – DEFINIÇÕES

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – TERMOS E CONDIÇÕES

ANEXO IV – MODELO DA NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

CONDIÇÕES ADICIONAIS

PETRORECÔNCAVO S.A., sociedade com sede na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, na Estrada do Vinte Mil, km 3,5, Estação São Roque, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.342.704/0001-30, e filial na cidade de Mossoró – RN, na Av. Lauro Monte, nº 1010, Abolição, CEP 59.619-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.342.704/0004-83, doravante denominada “PETRORECÔNCAVO”, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de SUPRIDORA, e

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS – POTIGÁS, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ 70.157.896/0001-00, com sede na Av. Prudente de Moraes, nº 675. Edifício Itália – 3º, 4º e 5º andares. CEP 59.020-505. Tirol. Natal/RN, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

Individualmente referidas como “PARTE” e conjuntamente como “PARTES”,

CONSIDERANDO QUE:

(i) a SUPRIDORA é concessionária autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural;

(ii) a SUPRIDORA possui autorização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da competência da União;

(iii) a SUPRIDORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e

(iv) no âmbito da Chamada Pública realizada pela COMPRADORA, a SUPRIDORA apresentou proposta de fornecimento de gás natural, nos termos que agora se firma, por meio de negociação direta com a COMPRADORA;

(v) a SUPRIDORA deseja vender e disponibilizar GÁS NATURAL à COMPRADORA e a COMPRADORA deseja comprar o referido GÁS na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, nos termos e condições aqui estabelecidos;

(vi) a compra e venda de gás natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no Inciso I, Parágrafo 3º do Artigo 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016;

(vii) a SUPRIDORA não possui qualquer ingerência ou atribuição relacionada à movimentação ou entrega do GÁS NATURAL a jusante do PONTO DE ENTREGA, de modo que a presente relação contratual se extingue no PONTO DE ENTREGA, cabendo à COMPRADORA a integral responsabilidade, inclusive perante os entes reguladores, pela celebração dos instrumentos jurídicos pertinentes para movimentação do GÁS a partir do PONTO DE ENTREGA até as suas instalações, aqui incluído o contrato de transporte saída, a ser firmado com o TRANSPORTADOR;

(viii) as condições comerciais estabelecidas neste CONTRATO fazem referência à entrega do GÁS NATURAL no PONTO DE ENTREGA, conforme solicitação da COMPRADORA;

(ix) as regras acordadas pelas PARTES neste CONTRATO foram estabelecidas com base nas condições econômicas atuais do mercado de gás natural.

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, (“CONTRATO”), que passa a ser regido integralmente pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA 1 – OBJETO

1.1 O presente CONTRATO tem por objeto a venda pela SUPRIDORA e a compra pela COMPRADORA de GÁS, na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL E NA MODALIDADE FLEXÍVEL, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

CLÁUSULA 2 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO

2.1 O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e o seu término ocorrerá conforme estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

2.2 O INÍCIO DE FORNECIMENTO, estará condicionado:

- (i) à apresentação pela COMPRADORA e aceite pela SUPRIDORA da GARANTIA DE PAGAMENTOS; e
- (ii) ao início, concomitantemente ao presente CONTRATO, da prestação de serviço no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA a ser firmado entre a COMPRADORA e a TRANSPORTADORA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA a ser firmado entre a SUPRIDORA e a TRANSPORTADORA.

2.2.1 Caso, após o INÍCIO DE FORNECIMENTO, ocorra eventual resolução ou suspensão do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado entre a COMPRADORA e a TRANSPORTADORA, por culpa única e exclusiva da COMPRADORA, a SUPRIDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, sem prejuízo do cumprimento pela COMPRADORA das obrigações relativas aos compromissos de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), constante no item 2.2.2 do Anexo III, e da PARCELA DE TRANSPORTE, conforme estabelecido no item 3.1.1 do Anexo III, enquanto perdurar tal situação.

2.2.1.1 No caso de, após o INÍCIO DE FORNECIMENTO, ocorrer eventual resolução ou suspensão do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado entre a COMPRADORA e a TRANSPORTADORA, por decisão emanada por qualquer AUTORIDADE GOVERNAMENTAL, a SUPRIDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, assim como a COMPRADORA estará desobrigada de atender a qualquer obrigação relativa aos compromissos de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), constante no item 2.2.2 do Anexo III sendo responsável, porém, pelo compromisso de pagamento da PARCELA DE TRANSPORTE, constante no item 3.1.1 do Anexo III, enquanto perdurar tal situação.

2.3 Não obstante o previsto em 2.1 e 2.2 acima, as PARTES reconhecem que os CONTRATOS DE TRANSPORTE firmados pela SUPRIDORA, na modalidade entrada, e COMPRADORA, na modalidade saída, quando da assinatura do presente CONTRATO tem vigência anual e que a continuidade do presente CONTRATO até o prazo estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL está condicionada à celebração, pelas PARTES, de novos contratos de transporte para atendimento do presente CONTRATO.

2.4 Caso as PARTES não consigam concomitantemente firmar novos CONTRATOS DE TRANSPORTE (Entrada e Saída) para atendimento deste CONTRATO, então o presente CONTRATO será automaticamente resiliado quando do término do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA E SAÍDA, sem que seja devida qualquer penalidade entre as PARTES, cabendo apenas o cumprimento de eventuais obrigações cujo início tenha ocorrido antes da sua resilição.

2.5 A COMPRADORA reconhece que a SUPRIDORA celebrou CONTRATOS MIDSTREAM, cujos prazos de vigência são inferiores ao prazo do presente CONTRATO e que, portanto, a entrega integral da QDC contratada até o prazo estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL está condicionada à celebração, por parte da SUPRIDORA, de novos CONTRATOS MIDSTREAM.

2.5.1 Caso os referidos CONTRATOS DE MIDSTREAM descritos no item 2.5 não sejam celebrados, desde já a COMPRADORA está ciente que a SUPRIDORA reduzirá o volume a ser entregue à COMPRADORA de forma proporcional ao volume atual firmado nos CONTRATOS MIDSTREAM atuais, devendo a SUPRIDORA enviar notificação à COMPRADORA com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, data prevista para redução da QDC.

2.5.2 A notificação não isenta a COMPRADORA e SUPRIDORA de assinarem aditivo contratual formalizando a redução da QDC.

2.5.3 Caso a SUPRIDORA celebre novos CONTRATOS MIDSTREAM, ou renove os prazos dos atuais CONTRATOS MIDSTREAM em prazo inferior a 60 dias contados do envio da notificação descrita no item 2.5, poderá requerer a COMPRADORA, em um prazo de até 60 dias a partir do recebimento da notificação, o reestabelecimento dos volumes prévios, ficando a cargo exclusivo da COMPRADORA aceitar ou não a proposta. Em caso de aceite, as Partes deverão assinar aditivo refletindo o novo volume de QDC.

2.6 Após o término do prazo de vigência do CONTRATO, permanecerão válidas as regras referentes à recuperação do saldo de QPNR eventualmente remanescente, nos termos do item 2.2.7 (b) do Anexo III - Termos e Condições, além das disposições relativas a incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES, bem como das que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

2.7 O INÍCIO DO FORNECIMENTO ocorrerá somente na data em que forem implementadas todas as condições previstas no item 2.2 acima, para todos os efeitos deste CONTRATO.

2.8 Caso na data do INÍCIO DE FORNECIMENTO não tenham sido implementadas quaisquer das condições descritas no item 2.2 acima, para todos os efeitos, o INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá na data em que todas aquelas condições tenham sido implementadas, sem que isto acarrete postergação da data de término do CONTRATO prevista no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

CLÁUSULA 3 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

3.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as NOTIFICAÇÕES relacionadas ao CONTRATO:

Supridoras:

Endereço: Avenida Luis Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park, Torre 3, 4º andar, São Cristóvão, Salvador/BA. CEP: 41.500-300

Fone: (71) 3635-0237

A/C:

gasnatural@petroreconcavo.com.br,
joaovitor@petroreconcavo.com.br

alairson.filho@petroreconcavo.com.br,

Compradora:

Endereço: Av. Prudente de Moraes, nº 675. Edifício Itália – 3º, 4º e 5º andares. CEP 59.020-505. Tirol. Natal/RN.

Fone: (84) 3204-8500

A/C: Diretoria da Presidência; supridorgn@potigas.com.br

3.2 Serão válidas como NOTIFICAÇÃO e vinculará as PARTES quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

SUPRIDORAS:

Endereço: Avenida Luis Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park, Torre 3, 4º andar, São Cristóvão, Salvador/BA. CEP: 41.500-300.

Fone: (71) 3635-0237

A/C:

Correios eletrônicos (e-mails): gasnatural@petroreconcavo.com.br;
joaovitor@petroreconcavo.com.br; alairson.filho@petroreconcavo.com.br;
rafaela.furtado@petroreconcavo.com.br

COMPRADORA:

Av. Prudente de Moraes, nº 675. Edifício Itália – 3º, 4º e 5º andares. Tirol. Natal/RN. CEP 59020-505

Fone: (84) 3205-8500

A/C: Assessoria da Diretoria Técnica e Comercial

Plantão Emergencial: 0800 281 4004 / 117

Correios eletrônicos (e-mails): supridorgn@potigas.com.br

3.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

3.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

CLÁUSULA 4 – NOVAÇÃO

4.1 As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

4.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

4.3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, [REDACTED] adotada no CONTRATO permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:

[REDACTED] em base contínua ou alternada, pela SUPRIDORA à COMPRADORA, de qualquer [REDACTED] DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou

[REDACTED] retirada em base contínua ou alternada, pela COMPRADORA, de qualquer QUANTIDADE DE GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

CLÁUSULA 5 – VALOR DO CONTRATO

5.1 O valor estimado do CONTRATO é de R\$ 120.913.248 (cento e vinte milhões, novecentos e treze mil, duzentos e quarenta e oito reais) dado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VCont = QDC \times D \times PG \text{ ; onde:}$$

<i>VCont</i>	Significa o valor do CONTRATO em R\$.
<i>QDC</i>	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).
<i>D</i>	Significa a quantidade de DIAS do PERÍODO DE FORNECIMENTO.
<i>PG</i>	Significa o PREÇO DO GÁS (PG) na data da celebração do CONTRATO.

5.1.1 No valor do CONTRATO, não estão inclusos os reajustes previstos contratualmente, bem como tributos e encargos de qualquer natureza. O valor do CONTRATO não está vinculado a qualquer disposição deste instrumento.

CLÁUSULA 6 – ANEXOS

6.1 Este CONTRATO consiste das presentes Cláusulas e dos seguintes ANEXOS:

Anexo I – Definições

Anexo II – Proposta Comercial

Anexo III – Termos e Condições

Anexo IV – Modelo da Notificação de Confirmação

6.2 No caso de conflito entre os termos aqui previstos e de qualquer um dos ANEXOS, o ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, firmado entre as PARTES deverá prevalecer.

CLÁUSULA 7 – CONFORMIDADE DAS PARTES

7.1 As PARTES, por seus representantes legais devidamente autorizados, expressam sua concordância com o teor integral do presente CONTRATO e, por estarem assim justas e acordadas, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que é firmado eletronicamente o presente, para um só efeito, junto com as 02 (duas) testemunhas abaixo, reconhecendo as PARTES a validade jurídica da solução disponibilizada pelas SUPRIDORAS, adotada para assinatura eletrônica do CONTRATO.

7.2 Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, 21 de dezembro de 2023.

PETRORECONCAVO S.A

Vitor Silva Moreira
Diretor de Comercialização, Regulação e Novos
Negócios

Rafael Procaci da Cunha
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS – POTIGÁS

Marina Melo Alves Siqueira
Diretora Presidente

Dennis Falcon
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome: Franciney Batista de Souza
O _____

Nome: Alairson Gonçalves Filho
O _____

ANEXO I – DEFINIÇÕES

1.1 Qualquer referência a cláusulas e itens constantes abaixo são referentes aos termos e condições do presente CONTRATO ou do seu ANEXO II.

1.2 Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou VERSALETE (CAIXA ALTA) neste CONTRATO ou em qualquer dos seus ANEXOS, terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, "controle" significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

- a) para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- b) para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- c) para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 4.766/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 15.3 e seus

ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR: significa o critério de arredondamento

- (a) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

AUTORIDADE GOVERNAMENTAL: significa qualquer autoridade brasileira na esfera federal, estadual ou municipal, incluindo a ANP, qualquer tribunal, autoridade pública, ou qualquer órgão, agência ou pessoa jurídica de direito público que tenha competência administrativa, tributária, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer das PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO, sendo certo que a PETROBRAS ou suas AFILIADAS não devem ser consideradas como AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS.

BALANCEAMENTO: significa o gerenciamento das injeções e retiradas de GÁS no SISTEMA DE TRANSPORTE para fins de equilíbrio e execução eficiente e segura dos serviços de transporte pelo TRANSPORTADOR.

BANCO CUSTODIANTE: significa a instituição bancária com a qual seja celebrado contrato para a administração da CONTA DE CUSTÓDIA.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5° C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5° C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da Mediação e Arbitragem, conforme previsto na Cláusula Quinze.

CANAL CLIENTE: quando implementada e comunicada via NOTIFICAÇÃO a ser enviada à COMPRADORA, significa a plataforma eletrônica de propriedade da SUPRIDORA, disponibilizada na Internet e utilizada como interface de comunicação entre SUPRIDORA e COMPRADORA. As PARTES

concordam que o uso do CANAL CLIENTE ocorrerá na forma prevista no seu respectivo contrato. Enquanto não implementada e, no caso de eventual indisponibilidade do CANAL CLIENTE, a comunicação entre as PARTES será realizada através de NOTIFICAÇÃO.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA 17 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

COMERCIALIZADORA OU AGENTE COMERCIALIZADOR: significa a empresa que, nos termos da LEI estadual aplicável, esteja autorizada a vender gás natural podendo este produto ser oriundo de importação, produção própria ou adquirido de outras empresas que o detenham

CONDIÇÕES BASE: significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE ENTREGA: significam as condições de disponibilização do GÁS pela SUPRIDORA à COMPRADORA, ou terceiros por ela contratados, e de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, ou terceiros por ela contratados, conforme CLÁUSULA 10 – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALÓRICO DE ENTRADA (PCI), em unidades de energia por unidade de massa, e o PODER CALÓRICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTA DE CUSTÓDIA: significa a conta bancária de titularidade de ambas as PARTES, mantida em nome do CUSTODIANTE em que a PARTE que discordar de qualquer quantia cobrada em decorrência do CONTRATO poderá efetuar pontualmente o depósito de quantia igual à diferença entre o montante global cobrado e a parcela incontroversa dessa cobrança. Neste caso, caberá ao CUSTODIANTE citar a controvérsia o ônus de abertura e manutenção da CONTA DE CUSTÓDIA durante o tempo em que durar a controvérsia. O contrato da CONTA DE CUSTÓDIA deverá respeitar o disposto no presente instrumento.

CONTRATO: significa este contrato de compra e venda de GÁS NATURAL celebrado na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE FLEXÍVEL e na MODALIDADE PUT, seus eventuais anexos e aditivos celebrados pelas PARTES, para atendimento à unidade da COMPRADORA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE: significam, em conjunto, os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA: significam os contratos de transporte para entrada, a serem celebrados pela SUPRIDORA com o TRANSPORTADOR, necessários à entrega do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE ENTRADA.

CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA: significam os contratos de transporte para saída a serem celebrados pela COMPRADORA com o TRANSPORTADOR, necessários à disponibilização do GÁS objeto deste CONTRATO no PONTO DE SAÍDA.

CONTRATO(S) MIDSTREAM: significa(m) (i) o(s) contrato(s) que permite(m) à SUPRIDORA acessar as infraestruturas de escoamento e processamento, que viabilizam a disponibilização da molécula do GÁS pela SUPRIDORA em condições comercializáveis à COMPRADORA.

DIA: significa cada dia calendário do PERÍODO DE VIGÊNCIA do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).

DIA UTIL: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da SUPRIDORA e da COMPRADORA.

DISPUTA: significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do CONTRATO, que deverá ser submetida à ARBITRAGEM.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título emitido por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

DOCUMENTO DE CRÉDITO: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do CONTRATO, para a outra PARTE.

ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE: significa a eventual parcela de custos incorridos pela SUPRIDORA, calculado em base diária e faturado mensalmente, relacionado ao encargo de capacidade não utilizada e outros encargos eventualmente cobrados pela TRANSPORTADORA, associado à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizada à COMPRADORA para o transporte, que não estejam incluídos na PARCELA DE TRANSPORTE.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 4.4.

ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA DISTRIBUIDORA (EMD): significa o conjunto de instalações de propriedade da DISTRIBUIDORA, localizadas a montante das instalações da TRANSPORTADORA, destinadas a adequar as condições de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, tais como regulagem de pressão, medição e registro das pressões e temperaturas do GÁS e utilizadas na apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM), conforme previsto na CLÁUSULA 11 – MEDIÇÃO DO GÁS

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa qualquer dos eventos definidos no item 16.1.

FALHA DE [REDACTED] significa qualquer dos eventos definidos no item 16.1, em um determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) [REDACTED] ação ou omissão comprovada da SUPRIDORA que ocasione a recusa de programação [REDACTED] TRANSPORTADOR, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS no PONTO DE SAÍDA ou [REDACTED];
- (b) [REDACTED] por uma das PARTES, e consequente aceite e programação pelo TRANSPORTADOR, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP)

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DE PROGRAMAÇÃO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a outra PARTE sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA deixado de fazer, junto ao TRANSPORTADOR, a nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA, ou tenha feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP);
- (iv) falhas e/ou descumprimento atribuídos ao TRANSPORTADOR; ou
- (v) situações de PARADAS PROGRAMADAS, aqui incluindo nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

GARANTIA DE PAGAMENTOS: significa a garantia, oferecida pela COMPRADORA, para assegurar à SUPRIDORA o recebimento dos pagamentos devidos em decorrência do CONTRATO, definida na CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES BASE; que tenha origem nacional ou importada e que, após processamento, atenda às especificações do regulamento técnico que é [REDACTED] solução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou norma que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

IGP-M: significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: significa a data definida no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

LEI: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC): significa o limite definido pela SUPRIDORA na forma do item 7.6 e seus subitens.

MÊS: significa, para o primeiro MÊS, o período que começa no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e termina às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. Para o último MÊS, começará no primeiro DIA do MÊS correspondente e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais MESES, corresponde a cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada MÊS e terminando às 23:59h (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último DIA de tal MÊS. MENSALMENTE será interpretado de modo análogo.

METRO CÚBICO ou M³: significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a SUPRIDORA se obriga a fornecer GÁS até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL.

MODALIDADE PUT: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a SUPRIDORA se obriga a fornecer GÁS até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL na qual: (i) o efetivo fornecimento de GÁS depende tanto da manifestação da COMPRADORA quanto da manifestação da SUPRIDORA sobre o seu interesse em receber o GÁS e indicação da QUANTIDADE DE GÁS, como da manifestação da SUPRIDORA sobre o seu interesse em fornecê-lo na respectiva QUANTIDADE DE GÁS; (ii) a falta de interesse das PARTES em fornecer ou receber GÁS, bem como a indisponibilidade de GÁS NATURAL para atendimento a presente modalidade não geram quaisquer responsabilidades para as PARTES.

MODALIDADE PUT: significa a modalidade de fornecimento de GÁS, conforme detalhado neste CONTRATO, no qual a COMPRADORA se obriga a comprar da SUPRIDORA a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT definida pela SUPRIDORA, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT.

MULTA: significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na CLÁUSULA TERCEIRA do CONTRATO cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO: É o contato entre as PARTES que define as condições complementares a este CONTRATO para a PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMF) e que, em conjunto com o presente CONTRATO, estabelece compromisso vinculante entre as PARTES, através da solicitação da COMPRADORA e determinam os índices da PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL. O modelo da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO está descrito no ANEXO IV ao presente CONTRATO. Alternativamente, conforme item 3.1.3, a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO poderá ser feita integralmente por e-mail, bastando apenas a confirmação expressa de ambas as PARTES, dispensando a assinatura física e/ou eletrônica, sempre que no título do e-mail esteja expressa a confirmação de tratar de uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

PARADA(S) PROGRAMADA(S): significam as situações transitórias descritas na Cláusula 13 do Anexo III.

PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF): significa a parcela referente à molécula do GÁS na MODALIDADE FIRME contida no PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), estabelecida de tempos em tempos nos termos do CONTRATO e seu ANEXO II.

PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMF): significa a parcela referente à molécula na MODALIDADE FLEXÍVEL contida no PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF), estabelecida conforme solicitação realizada por NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica máxima de operação no PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica mínima de operação no PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente, ou qualquer outra deliberação ou autorização por parte da própria ANP ou qualquer outro órgão competente que expressamente autorize a comercialização do GÁS com base em outros requisitos.

QUANTIDADE DE GÁS: significa determinado volume de GÁS em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, MODALIDADE FLEXÍVEL ou para a MODALIDADE PUT, conforme o caso.

QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS máxima na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária objeto da CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO para a MODALIDADE PUT.

QUANTIDADE DIÁRIA MÁXIMA CONTRATADA POR PONTO DE ENTREGA (QDM): significa a QUANTIDADE DE GÁS máxima contratada que, no DIA, a COMPRADORA poderá solicitar para entrega pela SUPRIDORA em cada PONTO DE ENTREGA, conforme estabelecido na tabela constante no Anexo II.

QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN): significa a QUANTIDADE DE GÁS que, conforme o caso (i) a SUPRIDORA nomina ao TRANSPORTADOR e que será por ela disponibilizada no PONTO DE ENTRADA, em um determinado DIA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA ou (ii) a COMPRADORA nomina ao TRANSPORTADOR, em um determinado DIA, para que o TRANSPORTADOR disponibilize no PONTO DE SAÍDA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, ambas relativas à prestação do serviço de transporte referente ao GÁS objeto deste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP): significa a QUANTIDADE DE GÁS nominada pela SUPRIDORA à COMPRADORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA na MODALIDADE PUT, conforme item 8.6 e subitens, limitada à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT (QDCP).

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a SUPRIDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado com base na QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela COMPRADORA, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, para a MODALIDADE FLEXÍVEL ou para a MODALIDADE PUT, conforme o caso, no PONTO DE ENTREGA, conforme Cláusula 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a SUPRIDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FLEXÍVEL (QDPF): significa a QUANTIDADE DE GÁS que a SUPRIDORA tenha programado para, no DIA, disponibilizar à COMPRADORA, ou terceiro por ela contratado, atendendo à solicitação da COMPRADORA realizada através da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, na MODALIDADE FLEXÍVEL.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP): significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA PUT, obtida na forma do item 8.6.2

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, apurada no PONTO DE ENTREGA, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL ou para a MODALIDADE FLEXÍVEL, conforme o caso.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA Base (QDR_{base}): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 17.9.1.1 e seus subitens.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, dentro da MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRF): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela COMPRADORA, no DIA, dentro da MODALIDADE INTERRUPTÍVEL.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO (QDR_{redução}): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada conforme item 17.9.2 e seus subitens.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que tenha sido efetivamente retirada pela COMPRADORA, relacionada à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) da MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL e MODALIDADE FLEXÍVEL, quando aplicada, observada a regra de alocação estabelecido no item 8.6 do ANEXO III

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA para determinado DIA, estabelecida por PONTO DE ENTREGA, seja para a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL ou para a MODALIDADE FLEXÍVEL, conforme o caso, de acordo com a CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

QUANTIDADE FALTANTE PUT (QFP): significa a parcela da QUANTIDADE FALTANTE atrelada à QUANTIDADE PROGRAMADA FIRME, calculada conforme item 8.5.1.

QUANTIDADE FALTANTE FLEXÍVEL (QFF): significa a parcela da QUANTIDADE FALTANTE atrelada à QUANTIDADE PROGRAMADA FLEXÍVEL, calculada na forma do item 8.5.1

QUANTIDADE FALTANTE PUT (QFP): significa a parcela da QUANTIDADE FALTANTE atrelada à QUANTIDADE PROGRAMADA PUT, calculada na forma do item 8.5.1.

QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa a quantidade de GÁS, expressa em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES BASE, entregue a cada DIA pela SUPRIDORA à COMPRADORA ou a terceiro por ela contratado no PONTO DE ENTREGA, conforme apuração realizada nos termos da CLÁUSULA 11 – MEDIÇÃO DO GÁS.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 2.2.4.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à SUPRIDORA de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) conforme item 2.1.1.4.

QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada pela COMPRADORA do saldo remanescente de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) conforme item 2.2.6.

RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA relacionado apenas com a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, na forma do item 2.1.1. O valor do RMM será faturado na forma do ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, sendo recuperável na forma do item 2.2.7 e seus subitens.

REPRESENTANTES: significam, em relação a qualquer das PARTES, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as PARTES e/ou teve acesso a informações comerciais.

SENTENÇA ARBITRAL: significa a decisão final do TRIBUNAL ARBITRAL proferida em procedimento de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do gás natural fornecido pela SUPRIDORA no PONTO DE ENTRADA.

SISTEMA DE TRANSPORTE: significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações de propriedade do TRANSPORTADOR, necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP.

TRANSPORTADOR: significa a empresa devidamente autorizada pela ANP para exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de duto.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal referido na Cláusula 15 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme item 16.4.

ZONA DE ENTREGA: significa o conjunto de PONTOS DE ENTREGA, caso existentes, definidos no Contrato e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

[REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

ANEXO II ao CONTRATO Nº 000/2023

firmado entre a **PETRORECÔNCAVO S.A. e suas AFILIADAS ("SUPRIDORA")**

e a **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS ("COMPRADORA")**

em 21/12/2023.

PROPOSTA COMERCIAL PARA VENDA DE GÁS NATURAL

Mês de Apresentação da Proposta: Set/2023

Comercializadora: PetroRecôncavo S/A.

Produto / Modalidade	Firme + Flexível
Segmento	Concessionária
Ponto de Entrada	Pojucá/BA – Guamáre/RN, ou qualquer outro ponto do portfólio
Ponto de Saída	COMPRADORA.
Data de início de fornecimento e Prazo do Contrato	de 01/01/2024 até 31/12/2025, observado o exposto na Cláusula Segunda do CONTRATO
QDC m³/dia	QDC Firme – 80.000 m³/dia (+ Flexível) QDC Put – Zero. Não se aplica neste contrato.
Transporte	PT Entrada = 0,30 R\$/m³ PT Saída COMPRADORA Item 3.1.1 do Anexo III – Termos e Condições/ Contratação Saída a cargo da COMPRADORA
Encargo de Capacidade	100%
Compromisso de Retirada – ToP	80% Mensal Cláusula 2 do Anexo III – Termos e Condições
Recuperação ToP QPNR	100% Faixa De recuperação 80 a 100% - Base Mensal/Recuperação em até 120 dias após o término do Contrato Mediante Contratação do Transporte
Delivery or Pay	100%
Penalidade por Falha de Fornecimento / Falha de Programação	30% 30% x (PM) Item 14.1 do Anexo III – Termos e Condições

Preço da Molécula	<p>PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF): 11,3% Brent</p> <p>Preço Piso US\$ 70,00</p> <p>3.1.2.1 do Anexo III – Termos e Condições/</p> <p>Preço Teto US\$ 130,00</p> <p>PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMF): A ser definida em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO</p> <p>PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP): Não se aplica neste Contrato.</p>
Contempla variação do preço da parte flexível, via fator de multiplicação (base mensal)	Contrato com QDC Firme; qualquer quantidade adicional a ser aplicável dentro da MODALIDADE FLEXÍVEL, observada a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, ou MODALIDADE PUT.
Reajuste do Preço da Modalidade Firme	<p>Trimestral</p> <p>1º fevereiro - 1º maio – 1º agosto – 1º novembro Média (M-4, M-3 e M-2)</p> <p>Item 3.1.2.1 do Anexo III – Termos e Condições</p>
Indexadores	<p>US\$ - Brent – Tabela ICE</p> <p>Parcela de Transporte IGPM</p>
Faturamento	<p>Mensal</p> <p>Apresentação fatura até 5º dia Útil</p> <p>Pagamento até 10º dia Útil</p> <p>Cláusula 4 do Anexo III – Termos e Condições</p>
Parada Programada dias/ano	<p>360 horas por ano</p> <p>Notificação Prévia prevista em contrato Cláusula 13 do Anexo III – Termos e Condições</p>
Caso Fortuito e Força Maior	<p>Previsto</p> <p>Cláusula 17 do Anexo III – Termos e Condições</p>
Tributos	<p>Proposta e condições sem tributo</p> <p>Tributação de acordo com a legislação vigente e alterada mediante novos decretos e decisões governamentais</p>
Garantia de Pagamento	<p>Mediante avaliação de Rating</p> <p>Cláusula 7 do Anexo III – Termos e Condições</p>
VIR	Significa o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO pela resolução antecipada do CONTRATO, para este contrato será de 30% - Clausula 16 e 16.4 do Anexo III – Termos e Condições

ANEXO III – TERMOS E CONDIÇÕES**CLÁUSULA 1 – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)**

1.1 Durante o prazo de vigência do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) será aquela definida no Contrato e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

1.2 A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as PARTES, poderá ser acordada uma nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) mediante aditivo contratual.

CLÁUSULA 2 – COMPROMISSOS DE FORNECIMENTO E RETIRADA**2.1 Compromisso de Fornecimento da SUPRIDORA.**

A SUPRIDORA compromete-se a fornecer as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), que atendam o previsto na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, à penalidade estipulada no item 14.1.

2.1.1 A fim de garantir o BALANCEAMENTO do SISTEMA DE TRANSPORTE, a COMPRADORA se obriga a efetuar, junto ao TRANSPORTADOR, nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA equivalente à QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE GÁS e, ainda, indicar, caso aplicável, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente ao GÁS necessário para uso no SISTEMA DE TRANSPORTE.

2.1.2 Além da possibilidade de ajustar os desequilíbrios no BALANCEAMENTO mediante programação regular diária, na eventualidade de existência de saldo entre (i) a quantidade de GÁS corrigida no PONTO DE ENTRADA e/ou PONTO DE SAÍDA e, (ii) respectivamente, a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA pelo TRANSPORTADOR mediante nominação de QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) por cada PARTE para o PONTO DE ENTRADA e/ou PONTO DE SAÍDA, que gere um desequilíbrio no BALANCEAMENTO do portfólio das PARTES, então:

- (a) as PARTES poderão, mediante comum acordo, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO (caso solicitado pelo TRANSPORTADOR), observadas as regras tributárias e regulatórias para troca de titularidade, bem como as previsões dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE SAÍDA;
- (b) o TRANSPORTADOR deverá validar a troca de titularidade solicitada para que esta tenha efeito;
- (c) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de propriedade do GÁS da SUPRIDORA para a COMPRADORA, então a COMPRADORA deverá pagar a SUPRIDORA o PREÇO DO GÁS vigente à época da troca, relacionado à QUANTIDADE DE GÁS objeto de tal troca, sendo este acrescido à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para fins exclusivos do item 4.1 deste Contrato;
- (d) caso a troca de titularidade do GÁS seja relacionada à transferência de sua propriedade da COMPRADORA para a SUPRIDORA, então a SUPRIDORA deverá pagar o PREÇO DO GÁS, vigente à época da troca, multiplicado pela QUANTIDADE DE GÁS objeto da troca de titularidade, acrescidos os tributos aplicáveis. A COMPRADORA poderá compensar tal montante de quaisquer valores devidos por ela à SUPRIDORA no âmbito deste CONTRATO, incluindo os tributos aplicáveis a cada compra e venda.

2.2 Retirada da COMPRADORA

2.2.1 Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS PROGRAMADA ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a adquirir e retirar da SUPRIDORA as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS FIRME (QDPF), que atendam o previsto na CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS.

2.2.2 RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM)

2.2.3 Observadas as disposições do item 2.2 do CONTRATO e ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, PARADAS PROGRAMADAS, ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a, em cada

MÊS, adquirir e retirar da SUPRIDORA e, mesmo que não retire, pagar à SUPRIDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual ao percentual estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

2.2.4 Observadas as disposições do item 2.2 do CONTRATO a apuração de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS, para verificação do cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA, será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{RMM} = (F_{RMM} \times \sum_{j=1}^M QDC_j) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - (\sum_{j=1}^M QDR_j - QRC_m),$$

onde:

QNR _{RMM}	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
F _{RMM}	É o percentual de RETIRADA MÍNIMA MENSAL.
QDC _j	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j”.
M	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
QN _{PP}	PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS.
QN _{FF}	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de FALTA DE PROGRAMAÇÃO no respectivo MÊS.
QN _{FM}	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
QDR _j	É o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) no DIA “j” em todos os PONTOS DE ENTREGA,
QRC _m	É o somatório das QUANTIDADES RECUPERADAS PELA COMPRADORA (QRC) no MÊS “m” de fornecimento.
j	É um determinado DIA do correspondente MÊS.

2.2.5 Observadas as disposições do item 2.2 do Contrato, caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR), na forma do item 2.2.4, a COMPRADORA deverá pagar à SUPRIDORA o montante previsto conforme estabelecido no Compromisso de Retirada – ToP descrito no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

2.2.6 QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) - Saldo

Uma vez efetuado o pagamento referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) relativas ao MÊS somar-se-ão, no fechamento do MÊS, ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

2.2.6.1 Fica acertado entre as PARTES que o saldo estabelecido no item 2.2.6 deverá ser ajustado na data de INÍCIO DO FORNECIMENTO deste CONTRATO através de Notificação da SUPRIDORA.

2.2.7 Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR)

A COMPRADORA operará as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) até o limite do saldo existente na forma abaixo:

(a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) será automática no fechamento do MÊS e a QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), tendo como limite a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) em base mensal.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), na medida da sua QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDR)

diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no último DIA de vigência do CONTRATO, durante um período de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período, exceto (i) pelos compromissos de retirada de GÁS da COMPRADORA; (ii) as regras aplicáveis a tais compromissos; e, (iii) a responsabilidade pelo CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, pois, quando do período de recuperação do saldo das QPNR, a SUPRIDORA não será responsável pela obtenção de um contrato de transporte para a entrega do saldo das QPNR caso o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA já esteja encerrado e a SUPRIDORA não consiga prorrogar o mesmo para inclusão do saldo das QPNR, cabendo, neste caso, à COMPRADORA firmar um contrato de transporte que possibilite a entrega do saldo das QPNR.

(c) Após o prazo de 120 (cento e vinte) dias previsto no item 2.2.7 (b)(b), na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução pela SUPRIDORA à COMPRADORA dos valores pagos.

2.2.7.1 Única e exclusivamente quando da recuperação que se dê após o término da vigência do CONTRATO, a COMPRADORA deverá pagar à SUPRIDORA, quando esta conseguir prorrogar o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA para a inclusão do saldo das QPNR, o montante equivalente a QUANTIDADE RECUPERADA (QRC) multiplicada pela PARCELA DE TRANSPORTE.

[REDACTED] da recuperação, será emitido um DOCUMENTO DE CRÉDITO.

[REDACTED] QUANTIDADE RECUPERADA PELA COMPRADORA (QRC) será deduzida do saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

2.2.7.4 Na hipótese disposta no item 2.2.7 (c)(e), a SUPRIDORA emitirá DOCUMENTO DE COBRANÇA para a COMPRADORA referente aos tributos que sejam devidos em razão da receita que será reconhecida pela SUPRIDORA por ocasião do término do prazo de recuperação das QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

CLÁUSULA 3 – PREÇOS DO GÁS

3.1 PREÇO DO GÁS FIRME

3.1.1 O PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 3.1.2, com a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF), prevista no item 3.1.3, conforme fórmula abaixo:

$$PG = (PT + PM_t); \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT)
PM _t	É a PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) calculada conforme estabelecida no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

3.1.2 PARCELA DE TRANSPORTE (PT)

3.1.2.1 A PARCELA DO TRANSPORTE (PT) se refere aos custos de entrada do gás na malha de transporte que será calculada e atualizada anualmente, sempre em 1º de janeiro, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$PT = PT_0 \times \left(\frac{IGPM}{IGPM_0} \right)$$

PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, aplicável em determinado MÊS.
PT ₀	É a PARCELA DE TRANSPORTE básica, relativa a 1º de janeiro de 2024, igual a 0,30 R\$/m ³ (zero vírgula três zero Reais por Metro Cúbico).
IGPM	Corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao MÊS anterior ao MÊS de correção.
IGPM ₀	Corresponde ao número índice acumulado do IGP-M, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, relativo ao mês de janeiro de 2024.

3.1.2.2 Não obstante o disposto no item 3.1.2.1 acima, serão cobrados à COMPRADORA eventual parcela de custos incorridos pela SUPRIDORA, calculado em base diária e faturado mensalmente, relacionado ao encargo de capacidade não utilizada e encargo de excedente não autorizado, considerando como base de cálculo o maior volume entre QDC e QDA, que não estejam incluídos na PARCELA DE TRANSPORTE definidos como ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT).

3.1.3 PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF)

3.1.3.1 A PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) do PREÇO DO GÁS na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL é firmada pelo fornecedor indicado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, pela aplicação da fórmula abaixo com os índices previstos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

$$PM_t = (X\% \times Brent_t \times TC_t) \div 26,8081 ; \text{ onde:}$$

PM _t	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL calculada trimestralmente (t), em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
X	Percentual a ser fornecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL
Brent _t	É a média das cotações diárias do Brent ICE publicadas no <i>Ice Report</i> , referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM), observado o estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
TC _t	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da Parcela de Molécula (PM), observada a periodicidade estabelecida no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

3.1.2.2 Não obstante o estabelecido em 3.1.2.1 acima, as PARTES decidem que a PARCELA DA MOLÉCULA FIRME (PMF) atenderá aos limites de Preço Piso e Preço Teto do Barril de Brent, conforme os valores estabelecidos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

3.1.4 PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF)

3.1.4.1 O PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, quando aplicável, será constituído pela soma da PARCELA DA MOLÉCULA FLEXÍVEL (PM) com a PARCELA DO TRANSPORTE (PT), conforme fórmula abaixo, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais, e será atualizado de acordo com o estabelecido nos subitens 3.1.8 e 3.1.9.

$$PG = (PT + PM_t); \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
----	--

PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT)
PM _i	É a PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMF), quando aplicável, calculada de acordo com a cláusula 3.1.4 do Anexo III expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

3.1.5 PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMF)

3.1.5.1 A PARCELA DE MOLÉCULA FLEXÍVEL (PMf) do PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGI) será aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL pela aplicação de fórmula definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, nos termos do ANEXO IV.

3.1.6 Alternativamente, as PARTES poderão celebrar uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO mediante envio de e-mail pela SUPRIDORA e ratificação dos termos da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO pela COMPRADORA, através dos endereços eletrônicos especificados abaixo:

(i) Para a COMPRADORA: supridorgn@potigas.com.br.

(ii) Para a SUPRIDORA: gasnatural@petroreconcavo.com.br; joaovitor@petroreconcavo.com.br; alairson.filho@petroreconcavo.com.br; ou rafael.felipe@petroreconcavo.com.br.

3.1.7 PREÇO DO GÁS PUT (PGP)

3.1.7.1 O PREÇO DO GÁS PUT (PGP), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, quando aplicável, será constituído pela soma da PARCELA DA MOLÉCULA PUT (PMP) com a PARCELA DO TRANSPORTE (PT), conforme fórmula abaixo, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais, e será de acordo com o estabelecido nos subitens 3.1.8 e 3.1.9.

$$PG = (PT + PM_p); \text{ onde:}$$

PG	É o PREÇO DO GÁS PUT (PGP), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT)
PM _p	É a PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP), quando aplicável, calculada de acordo com a cláusula 3.1.3 do Anexo III expressa em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

3.1.8 PARCELA DA MOLÉCULA PUT (PMP)

3.1.8.1 A PARCELA DA MOLÉCULA PUT (PMP) será apurada conforme indicado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, pela aplicação da fórmula abaixo com os índices previstos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.:

$$PM_p = (X\% \times \text{Brent} \times TC_t) \div 26,8081; \text{ onde:}$$

PM _p	É a PARCELA DE MOLÉCULA PUT (PMP) na MODALIDADE PUT calculada em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
X	Percentual a ser fornecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL
Brent	É a média das cotações diárias do Brent ICE publicadas no <i>Ice Report</i> , referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da PARCELA DE MOLÉCULA (PM), observado o estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
TC _t	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do

	Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da Parcela de Molécula (PM), observada a periodicidade estabelecida no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
--	---

3.1.9 O PREÇO DO GÁS FIRME (PGF), o PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF) e o PREÇO DO GÁS PUT (PGP) não inclui quaisquer tributos existentes, devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

3.1.10 Para o cálculo do PREÇO DO GÁS FIRME (PG), do PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF) e do PREÇO DO GÁS PUT (PGP), em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 04 (quatro) casas decimais.

CLÁUSULA 4 – FATURAMENTO

4.1 Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

O fornecimento de GÁS, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito do presente [REDACTED] a que se refira, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, ou seja, o PERÍODO DE [REDACTED] o período de fornecimento compreendido entre o dia primeiro e o último dia do mês calendário.

4.2 Faturamento regular do GÁS.

Pelo fornecimento de GÁS em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^N (QDA_i + NTC_i) \times P \text{ onde:}$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
QDA _i	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) em cada DIA do MÊS em questão.
NTC _i	é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada no DIA "i" por meio de NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO para compra e venda de gás sem programação de transporte, relativo às ações de BALANCEAMENTO previstas no item 2.1.2.
P	é o preço para a entrega da QUANTIDADE DE GÁS no último DIA do MÊS, devendo ser considerado para o PREÇO DO GÁS FIRME (PG) o disposto no item 3.1, para o PREÇO DO GÁS FLEXÍVEL (PGF), o disposto no item 3.1.4, ou para o PREÇO DO GÁS PUT (PGP), o disposto no item 3.1.7, conforme o caso.
i	Corresponde a cada DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.
N	Corresponde ao total DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.

4.3 Faturamentos pelo não atendimento aos compromissos de retirada do GÁS da COMPRADORA.

O valor a ser pago pela COMPRADORA à SUPRIDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 2.2.4, será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) vinculada à PARCELA DA MOLÉCULA vigente no último DIA do QUANTIDADE em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$F_{TOPM} = QNR \times PM, \text{ onde}$$

F _{TOPM} :	é o valor a ser pago pela COMPRADORA em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 2.2.2;
QNR:	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS; e
PM:	é o valor da PARCELA DA MOLÉCULA FIRME, ou o valor da PARCELA DA MOLÉCULA FLEXÍVEL ou o valor da PARCELA DA MOLÉCULA PUT vigente no último DIA do MÊS.

4.3.1 Será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) incorrida pela COMPRADORA, no qual serão incluídos os tributos devidos.

4.3.2 A SUPRIDORA poderá, a seu exclusivo critério, em determinado MÊS, não emitir o DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) incorrida pela COMPRADORA, desde que NOTIFIQUE a COMPRADORA sobre esta decisão no mesmo prazo estabelecido para a emissão dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, conforme item 8.2. A não emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA a critério da SUPRIDORA referida neste item e o consequente não pagamento pela COMPRADORA do valor a ele correspondente não criam para a COMPRADORA qualquer direito ou expectativa de direito à recuperação posterior desses volumes de GÁS.

4.3.3 A SUPRIDORA poderá, a seu exclusivo critério, não emitir o DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), relativa ao período de alegação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR pela COMPRADORA e aos volumes impactados pelo suposto evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, incorrida pela COMPRADORA e efetivamente devidas em razão do não reconhecimento posterior da efetiva ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no referido período, desde que a SUPRIDORA notifique a COMPRADORA em até 60 (sessenta) DIAS após o envio de NOTIFICAÇÃO, pela SUPRIDORA, com discordância em relação à caracterização do evento como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. A não emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA a critério da SUPRIDORA referida neste item e o consequente não pagamento pela COMPRADORA do valor a ele correspondente não criam para a COMPRADORA qualquer direito ou expectativa de direito à recuperação posterior desses volumes de GÁS.

4.4 Encargos Moratórios.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em [REDACTED] estará sujeito a atualização monetária calculada com base na variação do IGP-M, ou outro índice [REDACTED] e [REDACTED], acrescido de juros de 1% (um por cento) pró-rata tempore, desde o vencimento da obrigação até a sua efetiva liquidação, além de MULTA de 2% (dois por cento) sob o valor total do pagamento atualizado. O cálculo deverá considerar 4 (quatro) casas decimais para ARREDONDAMENTO.

CLÁUSULA 5 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA

5.1 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL após o último DIA do correspondente PERÍODO DE FATURAMENTO. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos às penalidades e os decorrentes dos compromissos mensais de retirada de GÁS serão emitidos separadamente dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos aos fornecimentos de GÁS.

5.1.1 Os valores e penalidades devidos com relação a períodos de apuração superiores a um MÊS serão faturados no MÊS imediatamente seguinte ao término do correspondente período. Demais DOCUMENTOS DE COBRANÇA, inclusive aqueles emitidos contra a SUPRIDORA, serão emitidos com a mesma periodicidade.

5.1.2 Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO relativos ao item 2.1.1. deverão ser emitidos e apresentados até o 10º (décimo) DIA ÚTIL após o último DIA do MÊS da apuração.

5.2 A apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA pela SUPRIDORA à COMPRADORA se dará prioritariamente por e-mail conforme informado na cláusula 3 - DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO do Contrato.

5.3 Datas de Vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

5.3.1 A COMPRADORA deverá efetuar o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, em moeda corrente do País, emitidos e apresentados conforme item 5.1.2, até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do Mês seguinte ao que se referam.

5.3.1.1 Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso em relação ao prazo previsto no item 5.1, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da COMPRADORA.

5.3.1.2 Caso a COMPRADORA não apresente as informações pertinentes ao faturamento até o 4º (quarto) dia útil do mês seguinte ao que se referam, o rateio será calculado na média do mês anterior e serão repassados os encargos exorbitantes referentes a emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA em atraso.

5.3.2 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à penalidade, emitidos pela SUPRIDORA terão vencimento no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

5.3.3 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA complementares e/ou de ajustes terão vencimento no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

5.3.4 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos à penalidade, emitidos pela COMPRADORA, serão quitados pela SUPRIDORA através da emissão de DOCUMENTOS DE CRÉDITO.

5.3.4.1 Os DOCUMENTOS DE CRÉDITO emitidos pela SUPRIDORA deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, indicados pela COMPRADORA através de NOTIFICAÇÃO.

5.3.4.2 Caso a COMPRADORA não possua débitos suficientes, a SUPRIDORA quitará os DOCUMENTOS DE COBRANÇA no 5º (quinto) DIA ÚTIL após a respectiva emissão.

5.4 Estrutura dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

5.4.1 A SUPRIDORA definirá as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, observadas as determinações legais aplicáveis.

5.4.2 Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os tributos e encargos devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, vigentes nas datas das transações a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

5.5 Objeto de Controvérsia.

5.5.1 Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, (ii) efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na CLÁUSULA 15 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E FORO.

5.5.2 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 5.5.1(b) e (c).

CLÁUSULA 6 – TRIBUTAÇÃO

6.1 Os tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

6.1.1 Os tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO serão incluídos no valor total do DOCUMENTO DE COBRANÇA por ocasião do faturamento.

6.1.2 A COMPRADORA fornecerá todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da SUPRIDORA, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária,

sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

6.1.3 Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela Supridora, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

6.1.4 Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos ou ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da SUPRIDORA, o valor faturado será objeto de revisão proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

6.1.5 A revisão prevista no item acima, quando para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da SUPRIDORA, tal como a modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da SUPRIDORA.

6.2 O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, [REDACTED] devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) sumula vinculante; (ii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, [REDACTED] da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iii) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (iv) [REDACTED] quadrante em regime de incentivo fiscal.

[REDACTED] Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) [REDACTED] de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 6.1 e 6.1.1 acima.

6.4 As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

6.4.1 Na hipótese de atraso pela COMPRADORA no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a SUPRIDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO para a COMPRADORA informando o valor em atraso ("NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO"). A partir da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, a COMPRADORA terá prazo de 10 (dez) DIAS para regularização do pagamento. Caso a COMPRADORA não regularize os pagamentos no prazo estabelecido (dez DIAS) após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, incluindo o valor dos Encargos Moratórios, a SUPRIDORA ficará autorizada a executar as GARANTIAS DE PAGAMENTO, conforme disposto na Cláusula 7 – Garantia de Pagamentos deste ANEXO III.

6.5 Caso a SUPRIDORA seja autuada em decorrência de informação inexata prestada pela COMPRADORA, esta deverá arcar com os prejuízos causados à SUPRIDORA, mediante pagamento do valor da autuação, acrescido dos custos despendidos, independente da possibilidade de defesa administrativa ou judicial.

6.6 Se a SUPRIDORA for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes sobre este CONTRATO em valor inferior ao devido, a SUPRIDORA procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à COMPRADORA sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará a cobrança dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuar a quitação perante a autoridade fiscal.

6.7 Se a SUPRIDORA constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste CONTRATO foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo tributo, sem penalidades ou encargos, será cobrado da COMPRADORA mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

6.8 Se ficar constatado que, por ocasião da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a SUPRIDORA aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste CONTRATO em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS

7.1 A COMPRADORA deverá, na data de assinatura do CONTRATO, oferecer à SUPRIDORA uma das garantias descritas abaixo (GARANTIA DE PAGAMENTOS), para assegurar o pagamento dos valores devidos pela COMPRADORA à SUPRIDORA nos termos do presente CONTRATO, com exceção do VIR previsto na CLÁUSULA 16 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO, sendo a escolha feita a critério exclusivo da COMPRADORA, resguardado à SUPRIDORA o direito de avaliar e aceitar os termos e condições da modalidade de garantia escolhida pela COMPRADORA, quando aplicável:

a. realização de depósito de recursos em conta vinculada específica aberta em favor da SUPRIDORA (“escrow account”), em valor correspondente a, no mínimo, o resultado do produto de: (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), pelo (ii) PREÇO DO GÁS FIRME (PG) pactuado no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, corrigidos anualmente, com base na variação do PREÇO DO GÁS FIRME e da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigentes;

b. apresentação de Carta de Fiança Bancária, emitida em favor da SUPRIDORA, por uma instituição financeira com sede no Brasil, no valor total de, no mínimo, o resultado do produto de: (i) 60 (sessenta) vezes a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), pelo (ii) PREÇO DO GÁS FIRME (PG) pactuado no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, com prazo de vigência de pelo menos 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, e que possua:

- i. ao menos duas classificações em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, além de credit default swap (CDS) inferior a 300 (trezentos) pontos base; ou
- ii. ao menos duas classificações em escala local de longo prazo igual ou superior a brAA- pela Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch.

c. constituição de qualquer outra GARANTIA DE PAGAMENTOS que seja formalmente aceita pela SUPRIDORA, cujo valor total seja, no mínimo, o mesmo da GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita na alínea (a) acima, apresentada por (i) uma sociedade controladora (*Parent Company*) ou controlada (em ambos os casos, direta ou indiretamente), ou sob controle comum da COMPRADORA (sendo o controle verificado nos termos da Lei nº 6.404/1976), ou (ii) por uma terceira pessoa ou entidade. Em qualquer desses casos, a garantidora deverá possuir avaliação de crédito, bem como as condições de garantia, previamente aceitas pela SUPRIDORA.

d. a combinação de 2 (duas) ou mais GARANTIAS DE PAGAMENTOS dentre as previstas nas alíneas acima, em valores individuais que, somados, sejam, no mínimo, equivalentes ao valor indicado na alínea (a) acima;

7.2 A COMPRADORA deverá: (i) pagar, nas respectivas datas de vencimento, o valor integral correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que não apresente valor controvertido, emitido pela SUPRIDORA contra a COMPRADORA referente ao CONTRATO, ou, (ii) no caso de DOCUMENTO DE COBRANÇA com valores controvertidos, deverá proceder consoante o disposto no item 5.5.

7.2.1 Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA da obrigação descrita no item 7.1 acima, além das demais previsões estabelecidas neste CONTRATO, a SUPRIDORA poderá, no 5º (quinto) DIA imediatamente após o envio da NOTIFICAÇÃO versando sobre o não pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS eventualmente ofertada nos termos do item 0 acima, no valor correspondente ao montante não pago (no todo ou em parte) do DOCUMENTO DE COBRANÇA ou não questionado, na forma do item 5.5, para valores controvertidos. O valor da garantia a ser executado será correspondente ao valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA não pago, acrescido dos ENCARGOS MORATÓRIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos à SUPRIDORA.

7.2.1.1 Na hipótese de execução da(s) GARANTIA(S) DE PAGAMENTOS pela SUPRIDORA, a SUPRIDORA deverá NOTIFICAR a COMPRADORA sobre o ocorrido em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS.

7.2.1.1.1 Na hipótese da execução das GARANTIAS DE PAGAMENTOS descritas nas alíneas (a) a (d) do item 7.1, a COMPRADORA deverá restabelecer o valor inicial das GARANTIAS DE PAGAMENTOS, nos termos do item 7.1, no prazo de até 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução das GARANTIAS DE PAGAMENTOS.

7.2.1.2 Na hipótese de inexistir GARANTIA DE PAGAMENTOS instituída em favor da SUPRIDORA, a COMPRADORA, para continuar a ter o GÁS NATURAL disponibilizado de acordo com o CONTRATO, evitando a suspensão do fornecimento, deverá em até 10 (dez) DIAS contados do vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, efetuar o pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA vencido e não pago ou não contestado (na forma da CLÁUSULA 5 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA), conforme o caso, com os devidos ENCARGOS MORATÓRIOS. Caso este pagamento ocorra após o 10º (décimo) DIA contado da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA até, no máximo, 20 (vinte) DIAS da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a COMPRADORA, para ter o GÁS NATURAL disponibilizado de acordo com o CONTRATO, deverá fornecer GARANTIA DE PAGAMENTOS à SUPRIDORA nos termos do item 0, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA. Caso, no prazo máximo de 20 (vinte) DIAS contados da data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a COMPRADORA não efetue o pagamento do DOCUMENTO DE COBRANÇA vencido e não pago ou não contestado (na forma da CLÁUSULA 5 – DOCUMENTOS DE COBRANÇA), conforme o caso, a SUPRIDORA, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS NATURAL à COMPRADORA.

7.3 Caso sejam oferecidas as GARANTIAS DE PAGAMENTOS mencionadas nas alíneas (b) e (c) do item 0, e a respectiva emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS deixe de ser classificada, em escala global ou local, em ao menos um dos níveis de classificação de risco exigidos, a COMPRADORA se compromete a substituir tal GARANTIA DE PAGAMENTOS no prazo de até 30 (trinta) DIAS da divulgação do evento que desenquadrado a emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS do nível mínimo de classificação de risco.

7.4 A fim de assegurar o pagamento dos valores de DOCUMENTOS DE COBRANÇA devidos pela COMPRADORA à SUPRIDORA, nos termos do presente CONTRATO, qualquer uma das GARANTIAS DE PAGAMENTOS apresentadas pela COMPRADORA, conforme esta Cláusula, deverá ser mantida em plena validade, substituída ou complementada por outra, caso necessário.

7.5 Caso haja inadimplemento da COMPRADORA relativamente à sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da GARANTIA DE PAGAMENTOS, a SUPRIDORA, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS NATURAL 16.3.1.1.

7.6 A SUPRIDORA poderá, a seu exclusivo critério, deliberar um LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) para a COMPRADORA, decorrente do CONTRATO, como alternativa à GARANTIA DE PAGAMENTOS, descrita no item 7.1.

7.6.1 Sempre que solicitado, a COMPRADORA encaminhará à SUPRIDORA, em até 10 (dez) DIAS, os demonstrativos contábeis legais, bem como quaisquer outras informações que permitam à SUPRIDORA efetuar a análise da estrutura econômico-financeira da COMPRADORA.

7.6.1.1 Com base na análise da estrutura econômico-financeira, a SUPRIDORA determinará o respectivo LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.6 para a COMPRADORA.

7.6.1.2 O LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) determinado pela SUPRIDORA, conforme item 7.6, seja inferior ao valor da GARANTIA DE PAGAMENTO, a COMPRADORA obriga-se a instituir a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1.

7.6.2 Caso a COMPRADORA não apresente as informações, conforme previsto no item 7.6.1, a SUPRIDORA poderá suspender o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.6 para a COMPRADORA, estando esta obrigada a instituir a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1.

7.6.3 A SUPRIDORA poderá cancelar o LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC) mencionado no item 7.6 para a COMPRADORA caso ocorra atraso no cumprimento de qualquer obrigação de pagamento, observado o item 5.5, pela COMPRADORA ou a qualquer momento da vigência do CONTRATO, a exclusivo critério da SUPRIDORA.

7.6.4 A COMPRADORA obriga-se a instituir ou restabelecer, conforme o caso, a GARANTIA DE PAGAMENTOS descrita no item 7.1, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados da NOTIFICAÇÃO da SUPRIDORA, na hipótese de ocorrência de suspensão ou cancelamento do LIMITE DE CRÉDITO CORPORATIVO (LCC), conforme aqui previstos 7.6.2 e 7.6.3.

CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO E FORNECIMENTO DO GÁS

8.1 A COMPRADORA enviará mensalmente à SUPRIDORA, usando os canais de contato da SUPRIDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA.

8.1.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2 A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar em vazões que respeitem os limites estabelecidos no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL;
- (b) que o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não será superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (c) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS;
- (d) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.2.1 A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a SUPRIDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

8.1.3 Até as 17:00 h (dezesete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a SUPRIDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS; ou
- (c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.1.4 Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2, observado o disposto no item 8.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2.

8.1.4.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (b) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pela SUPRIDORA, a exclusivo critério da SUPRIDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA DE P[RE]STADO DE RECUSA.

8.1.5 Caso a SUPRIDORA não se pronuncie no prazo do item 8.1.3, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2.

8.1.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a SUPRIDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DE PROGRAMAÇÃO, excetuadas as hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.2 A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela COMPRADORA, usando os canais de contato da SUPRIDORA ou, na ausência deste mediante envio de NOTIFICAÇÃO à SUPRIDORA até às 10:00h (dez horas) do DIA anterior ao fornecimento, e inclusive no DIA do fornecimento (intradia), observadas as condições estabelecidas nos itens 8.1.2 e 8.1.3.

8.3 A SUPRIDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.4 Caso a QDS enviada pela COMPRADORA seja superior à QDC ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QDS para valores acima da QDC, conforme previsto no item 8.2, a SUPRIDORA deverá responder a solicitação até às 17:00h (dezesete horas) do DIA DO FORNECIMENTO, observando o item 8.1.3(c). A não comunicação implicará o estabelecimento da QDP até o limite da QDC.

8.5 Em caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a SUPRIDORA pagará à COMPRADORA, pela QUANTIDADE FALTANTE (QF) apurada conforme item 8.5.1, a penalidade prevista no item 14.4.

8.5.1 Em qualquer DIA, em determinado PONTO DE ENTREGA, como consequência de FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}; \text{ onde:}$$

QF_j	Significa a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j", por PONTO DE ENTREGA, sendo zero se o cálculo for negativo que será determinada na forma do item 12.5.2 para os casos de FALHA DE PROGRAMAÇÃO relativos à qualidade do GÁS, observadas as situações de PARADAS PROGRAMADAS, e de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR correspondente a soma da QUANTIDADE FALTANTE FIRME, QUANTIDADE FALTANTE FLEXÍVEL E QUANTIDADE FALTANTE PUT.
QDP_j	Significa o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) para o DIA "j" por PONTO DE ENTREGA, observado o item 8.1.5.
QN_{PPj}	É a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS da SUPRIDORA para o DIA "j".
QN_{FMj}	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA "j".

8.6 A SUPRIDORA enviará diariamente à COMPRADORA, usando os canais de contato da SUPRIDORA, até às 10:00h (dez horas) do DIA anterior ao do fornecimento, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS NOMINADAS PUT (QDNP), por PONTO DE ENTREGA.

8.6.1 A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.6 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS NOMINADAS PUT (QDNP), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) que a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL PUT (QDCP)
- (b) que a distribuição da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) entre os PONTOS DE ENTREGA será definida pela COMPRADORA até às 12:00h (doze horas e trinta minutos) do Dia anterior ao fornecimento;
- (c) que o TRANSPORTADOR tenha programado a prestação de serviço de transporte relativo à QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP);

8.6.2 Observados os requisitos estabelecidos no item 8.6.1, a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA PUT (QDNP) será automaticamente considerada a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA PUT (QDPP)

8.7 Não obstante o estabelecido em 8.1.4, 8.1.4.1, 8.1.5, 8.2, 8.3, 8.4 e 8.6, pelo fato de o presente CONTRATO prever a possibilidade de entrega do GÁS na MODALIDADE FIRME, MODALIDADE FLEXÍVEL e na MODALIDADE PUT, se torna necessário que as PARTES estabeleçam

também um acordo de alocação, a ser apurado diariamente, para cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA da COMPRADORA, conforme aplicável.

8.6.1 Dessa forma, as PARTES decidem que, para fins de determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF), QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRI) e QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA PUT (QDRP) previstas neste CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) em determinado DIA será dividida e alocada de acordo com a seguinte metodologia de rateio:

(i) A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) será alocada primeiramente à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL prevista no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL, para o respectivo DIA;

(ii) Caso haja QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) remanescente após a alocação realizada conforme item (i) acima que tenha sido uma QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FLEXÍVEL (QDPI), essa QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FLEXÍVEL (QDRI) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FLEXÍVEL (QDPI) para o respectivo DIA; e

(iii) Caso haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente após a alocação realizada conforme o inciso (i) acima, e a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO seja apenas relacionada com a MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, então, caso haja QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) remanescente após a alocação realizada conforme o item (i) acima, essa QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA TOTAL (QDRT) será alocada à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF) até o limite de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA FIRME (QDPF) para o respectivo DIA; ou

(iv) Caso haja QUANTIDADE DE GÁS remanescente após a alocação realizada conforme o inciso (ii) acima, tal QUANTIDADE DE GÁS será alocada a título de QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA PUT (QDRP), devendo ser paga como PARCELA DE MOLÉCULA PUT.

CLÁUSULA 9 – PONTO DE ENTRADA

9.1 As Zonas DE ENTREGA objeto do CONTRATO são os listados no CONTRATO e no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.

9.2 A transferência de propriedade do GÁS da SUPRIDORA à COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente a jusante do limite de propriedade de cada PONTOS DE ENTREGA 9.1.

9.2.1 Considerando o disposto no item 9.3, todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da SUPRIDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.3 O GÁS será disponibilizado pela SUPRIDORA para custódia do TRANSPORTADOR no PONTO DE ENTRADA e permanecerá sob custódia e responsabilidade do TRANSPORTADOR até a entrega à COMPRADORA no PONTO DE SAÍDA, sendo certo que uma PARTE não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pelo TRANSPORTADOR, de seu dever de custódia, não podendo qualquer uma das PARTES se eximir das suas responsabilidades neste CONTRATO por força de eventual descumprimento do TRANSPORTADOR.

CLÁUSULA 10 – CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis às condições de entrega do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela SUPRIDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA 11 – MEDIÇÃO DO GÁS

11.1 Disposições Gerais.

As PARTES reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos sistemas de medição do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas SUPRIDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as SUPRIDORAS transmitir tão logo quando possível e o quanto antes, quando aplicáveis, as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

11.1.1 O GÁS fornecido será medido pelo TRANSPORTADOR e informado às SUPRIDORAS utilizando o SISTEMA DE MEDIÇÃO da TRANSPORTADORA. No caso de indisponibilidade do SISTEMA DE MEDIÇÃO da TRANSPORTADORA ou solicitação da TRANSPORTADORA ou SUPRIDORA, a COMPRADORA deverá apresentar informações de medição, calibração, *audit trail* e eventuais informações que se façam necessárias.

11.1.2 Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

CLÁUSULA 12 – QUALIDADE DO GÁS

12.1 O GÁS entregue pelas SUPRIDORAS à COMPRADORA nas malhas de transporte e o GÁS retirado pela COMPRADORA nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverá apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

12.2 As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas SUPRIDORAS no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo as SUPRIDORAS envidar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da COMPRADORA ao TRANSPORTADOR e vice-versa.

12.3 A determinação das características do GÁS entregue no PONTO DE SAÍDA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

12.4 A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, nos PONTOS DE ENTREGA, será efetuada de acordo com as regras dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

CLÁUSULA 13 – PARADAS PROGRAMADAS

13.1 As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de reparo e manutenção técnica ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS.

13.1.1 Para fins de PARADAS PROGRAMADAS, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades de produção, dutos de escoamento, estações coletoras e compressoras, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade da SUPRIDORA, seus contratados ou terceiros).

13.2 Qualquer uma das PARTES tem direito a efetuar as PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

(a) As PARTES, quando desejarem efetuar uma PARADA PROGRAMADA, deverão enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início de uma PARADA PROGRAMADA e o PONTO DE ENTREGA que será afetado, bem como sua duração prevista e volume de redução.

(b) No caso de uma Parada Programada que reduza a entrega de Gás pela SUPRIDORA em um determinado Ponto de Entrega, o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 50% (cinquenta por cento) da Quantidade Diária Contratada no Ponto de Entrega, sendo que o número total de horas de Paradas Programadas não poderá exceder de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO.

(c) A QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou não recebida, em determinado DIA na ZONA DE ENTREGA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDP_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QF _j :	é a QUANTIDADE GÁS não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA "j";
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j" para toda a
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA "j" para toda a ZONA DE ENTREGA;

13.2.1 A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela SUPRIDORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da SUPRIDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

13.2.2 Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma PARADA PROGRAMADA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO das PARTES, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA, desde que esta nova data postergue no máximo em até 45 (quarenta e cinco) DIAS a data originalmente notificada.

13.3 A SUPRIDORA poderá solicitar, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, a realização de uma PARADA PROGRAMADA (i) em percentual superior e/ou (ii) por prazos superiores aqueles estabelecidos nas alíneas (a) e (b) do item 13.2.

13.4 AS PARTES deverão informar a data de início da PARADA PROGRAMADA, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da PARADA PROGRAMADA na data informada, independentemente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. AS PARTES não poderão recusar a programação da PARADA PROGRAMADA sem uma justificativa técnica.

13.5 As PARTES envidarão esforços para minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA e para acordar a melhor data de realização das mesmas.

CLÁUSULA 14 – PENALIDADES

14.1 Penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

No caso de FALHA DE PROGRAMAÇÃO em determinado DIA, a PARTE que deu causa pagará à outra PARTE, uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de perdas e danos:

$$PFP = X\% \times QF \times PG, \text{ onde:}$$

PFP	é o valor da penalidade diária por FALHA DE PROGRAMAÇÃO no Dia em questão devida pela Parte.
X%	Significa o percentual a ser apresentado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
QF	é a QUANTIDADE FALTANTE DE GÁS.

PG	é o PREÇO DO GÁS, nos termos dos itens 3.1 ou 3.1.3, conforme o caso, vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DE PROGRAMAÇÃO.
----	--

14.1.1 A penalidade estabelecida no item 14.1 acima, caso aplicável, é a única indenização aplicável à PARTE neste CONTRATO por força de FALHA DE PROGRAMAÇÃO.

14.1.2 Caso a FALHA DE PROGRAMAÇÃO seja oriunda de evento dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA não causado pela SUPRIDORA, então a penalidade por FALHA DE PROGRAMAÇÃO estará limitada ao valor efetivamente recebido pela SUPRIDORA como indenização no contexto dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA, conforme o caso.

14.1.3 Caso a COMPRADORA tenha direito a qualquer indenização do TRANSPORTADOR por perdas e danos incorridos que seja direta ou indiretamente decorrente de FALHA DE PROGRAMAÇÃO por parte da SUPRIDORA, incluindo decorrente de entrega de GÁS desconforme, a COMPRADORA não poderá ser indenizada por mais de uma vez pelo mesmo dano, de modo que (i) caso a COMPRADORA receba gás do TRANSPORTADOR no PONTO DE SAÍDA, e/ou (ii) sempre que COMPRADORA receber uma indenização por parte do TRANSPORTADOR por FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a indenização a ser paga pela SUPRIDORA à COMPRADORA no âmbito deste CONTRATO não será aplicável ou será reduzida do valor efetivamente recebido pela COMPRADORA, conforme [REDACTED]

14.1.4 Quantidade Faltante

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DE PROGRAMAÇÃO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDN_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}; \text{ onde:}$$

QF_j	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j", no PONTO DE ENTRADA, sendo zero se o cálculo for negativo;
QDP_j	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j" no PONTO DE ENTRADA,
QDN_j	é a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no DIA "j" no PONTO DE ENTRADA,
QN_{PPj}	é a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS para o DIA "j";
QN_{FMj}	é o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA "j";

14.1.5 Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTRADA:

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela SUPRIDORA ao TRANSPORTADOR, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

14.2 Penalidade por entrega de GÁS fora de especificação:

No caso de entrega de GÁS fora de especificação pela SUPRIDORA, em determinado DIA, no P[REDACTED] que impacte a QUALIDADE DO [REDACTED] SAÍDA, desde que devidamente comprovado pelo TRANSPORTADOR, a SUPRIDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{GD} = QG_D \times X \times PG ; \text{ onde:}$$

P_{GD}	é o valor da penalidade por entrega de GÁS fora de especificação pela SUPRIDORA;
QG_D	é a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela SUPRIDORA fora de especificação no DIA em questão;

X%	Significa o percentual a ser apresentado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
PG	é o PREÇO DO GÁS FIRME vigente no DIA em questão.

As penalidades estabelecidas nos itens 14.1 e 14.2 são as únicas indenizações aplicáveis neste CONTRATO. Nenhuma outra indenização será devida, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

CLÁUSULA 15 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

O CONTRATO será regido pelas LEIS brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

15.1 MEDIAÇÃO

(a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser realizado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será conduzida pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma das regras do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei nº 13.140/15.

(b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento

A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil.

15.2 PERITAGEM

(a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g. medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM, seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

(b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, (i) eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, (ii) acordar os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual será consignada a matéria controversa e os honorários a serem pagos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.

(c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

15.2.1 Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (i) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (ii) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (iii) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (iv) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (v) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (vi) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

15.2.2 Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (i) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (ii) [REDACTED]ção, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu [REDACTED];
- (iii) [REDACTED]ultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (iv) [REDACTED] arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;
- (v) [REDACTED] arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (vi) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (vii) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) dias de recebimento de tais informações.

15.2.3 Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

15.2.4 Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

15.3 ARBITRAGEM.

15.3.1 A Arbitragem será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da Câmara, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do Contrato, hipótese na qual prevalecerão as disposições do Contrato, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

15.3.2 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

15.3.3 O(s) árbitro(s) serão nomeados da seguinte forma:

15.3.4 Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda a média dos 3 (três) últimos meses da maior entre a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA QDS ou a QUANTIDADE DIÁRIA

PROGRAMADA QDP, no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único ("Árbitro Único"). A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS, o Árbitro Único para atuar no procedimento arbitral. O Árbitro Único deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da CÂMARA encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

a) cada Parte deverá, separadamente, no prazo comum de 10 (dez) Dias Úteis, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada Parte poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de Árbitro Único (ex.: 1 (um) para o primeiro nome de preferência, 2 (dois) para o segundo nome de preferência e assim por diante);

b) recebidas as listas com as ordens de preferência das Partes, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das Partes; e

c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o Árbitro Único. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o Árbitro Único.

d) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda a média dos 3 (três) últimos meses, a maior entre a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA QDS ou a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA QDP, no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a [REDACTED] será conduzida e julgada por um Tribunal Arbitral, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

15.3.5. A COMPRADORA ou a SUPRIDORA, que, conforme o caso, tenha suscitado a controvérsia, enviará NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA ou a SUPRIDORA, conforme o caso, denominada, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu Árbitro ("Primeiro Árbitro").

15.3.6 Dentro de 14 (quatorze) DIAS ÚTEIS do recebimento da NOTIFICAÇÃO supramencionada, a outra PARTE informará à PARTE que suscitou a ARBITRAGEM, também por NOTIFICAÇÃO, o nome de seu Árbitro ("Segundo Árbitro"). Caso contrário, a PARTE que suscitou a ARBITRAGEM poderá requerer à CÂMARA que eleja o Segundo Árbitro.

15.3.7 Dentro de 14 (quatorze) DIAS ÚTEIS da nomeação do Segundo Árbitro, ambos os Árbitros elegerão um Terceiro Árbitro, que presidirá os trabalhos.

15.3.8 Se não houver consenso sobre o Terceiro Árbitro, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

15.3.9 Na hipótese das Regras da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo Tribunal Arbitral ou Árbitro único, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

(a) À Lei nº 9.307, de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.

(b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

15.3.10 No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, o Tribunal Arbitral apresentará a Sentença Arbitral. No caso de ARBITRAGEM com Árbitro Único, este apresentará a Sentença Arbitral em até 30 (trinta) Dias, contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

15.3.11 Sentença Arbitral deverá atender todos os requisitos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(s), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em Lei.

15.3.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

(a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.

(b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.

(c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral.

(d) Pleitear a nulidade da Sentença Arbitral, nas hipóteses permitidas em LEI.

15.4 Foro

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES elegem como foro competente o foro da Cidade de Brasília - DF, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 16 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO

16.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES:

- (a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas esteja pedindo a declaração, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente prejudique a sua continuidade;
- (b) perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;
- (c) violação dos itens 19.1, 19.2.1.1 e seus subitens, 19.2.1.2 e 19.2.1.3 do CONTRATO;
- (d) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, se pela COMPRADORA, aliado à impossibilidade de execução da GARANTIA DE PAGAMENTOS (na forma da Cláusula 7), bem como, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 5.5;
- (e) o descumprimento pelas PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;
- (f) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 18 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;
- (g) o não cumprimento pelas PARTES do objeto do CONTRATO;
- (h) não oferecimento, substituição, complementação ou renovação, pela COMPRADORA, da GARANTIA DE PAGAMENTOS nos casos previstos neste CONTRATO, nos prazos estabelecidos na CLÁUSULA 7 – GARANTIA DE PAGAMENTOS, conforme o caso.

16.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 16.1(a), (b) ou (c), a PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO após a caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com 10 (dez) DIAS de antecedência.

16.3 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 16.1 (d), (e), (f), (g) ou (h), a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 20 (vinte) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido EVENTO DE INADIMPLEMENTO seja sanável.

16.3.1 A PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO desde que tenha transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 16.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado. A resolução do CONTRATO se dará mediante envio, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência, de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente.

16.3.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 16.3.1, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, a SUPRIDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QDS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, desde que notifique a COMPRADORA sobre tal decisão com, no mínimo, 10 (dez) DIAS de antecedência da data em que pretende recusar solicitação de GÁS pela COMPRADORA. Eventual tolerância pela SUPRIDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

16.3.2 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 16.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

16.4 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) apurado conforme abaixo:

$$VIR = X\% \times (QDC \times DF \times PGF) ; \text{onde:}$$

VIR	Significa o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO pela resolução antecipada do [REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED] centual a ser estabelecido no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL.
QDC	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente na data de resolução do CONTRATO.
DF	Significa a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO.
PGF	Significa o PREÇO DO GÁS FIRME (PGF) vigente na data de resolução do CONTRATO, acrescido dos tributos e encargos aplicáveis.

16.4.1 Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 16.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

16.4.2 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

16.5 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos tributos, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a data de sua emissão.

16.6 Caso o CONTRATO seja resolvido antecipadamente conforme itens 16.2, 16.3.1 ou 16.4.2, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- caso a SUPRIDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, a SUPRIDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 16.5, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE [REDACTED] RETIRADA (QPNR), vigente na [REDACTED] CONTRATO, após compensação de qualquer valor incontroverso devido pela COMPRADORA à SUPRIDORA nos termos deste CONTRATO;
- caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela SUPRIDORA, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), limitado ao volume equivalente a 120 (cento e vinte) dias de QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), será reduzido do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) a ser pago pela COMPRADORA à SUPRIDORA. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) seja superior ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) a ser pago pela COMPRADORA à SUPRIDORA, a SUPRIDORA deverá pagar à COMPRADORA, após compensação de qualquer valor

incontroverso devido pela COMPRADORA à SUPRIDORA, a diferença entre o valor correspondente à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), observado o limite acima, e o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR).

16.7 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:

- (a) por mútuo acordo das PARTES;
- (b) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- (c) pela impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;
- (d) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;
- (e) pela extinção da concessão sem culpa da COMPRADORA;
- (f) pela perda, sem culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

16.8 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, o inadimplemento da quantia prevista no item 16.4, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco afetará as previsões deste CONTRATO sobre incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

16.9 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA 17 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

17.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência;
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas no CONTRATO.

17.2 Abrangência.

17.2.1 Sem prejuízo do disposto no item 17.1 e da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem qualquer das PARTES desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que comprovados e verificados os requisitos do item 17.1:

- (i) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (ii) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, e desde que não haja culpa sua, da PARTE AFETADA ou de seus contratados

(iii) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações e explosões;

(iv) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;

(v) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público;

(vi) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o CONTRATO MIDSTREAM e o transporte dutoviário de gás contratado pela SUPRIDORA para atendimento deste CONTRATO

(vii) qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela SUPRIDORA com terceiros referente ao transporte e/ou à compra e venda de gás natural, necessário ao fornecimento do gás natural objeto do CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta cláusula.

17.3 Eventos excluídos.

17.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

(a) qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos [REDACTED] dos, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;

(b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE Afetada, bem como a [REDACTED] das condições de mercado para comercialização do GÁS;

(c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(d) falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; e

(e) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.

17.4 Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para [REDACTED] as consequências de tal evento;

(b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;

(c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;

(d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;

- (e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;
- (f) complementar posteriormente a informação de que trata o item (e) (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

17.4.1 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 1(e) (a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

17.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 17.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data de envio da NOTIFICAÇÃO.

17.4.3 Com relação ao item (e) (b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

17.5 Obrigações não afetadas.

17.5.1 [REDACTED] qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro [REDACTED] ATO.

[REDACTED] Efeitos no CONTRATO.

[REDACTED] ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, e desde que adotadas as medidas previstas no item 17.4, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos do CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

17.6.2 Para cada Dia de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS que não será entregue e/ou retirada, constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, que servirá de base para as penalidades estabelecidas na CLÁUSULA 14 – PENALIDADES.

17.6.3 A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela SUPRIDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

17.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

17.8 Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

17.9 Apuração da QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada ou não retirada decorrente de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

17.9.1 De modo a calcular a QUANTIDADE de GÁS não disponibilizada ou não retirada decorrente de evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, a seguinte metodologia deverá ser utilizada para fins de apuração dos compromissos de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) de determinado MÊS em que tenha sido iniciado o evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR:

17.9.1.1 Inicialmente deverá ser apurada a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA Base (QDR_{base}), sendo certo que a QDR_{base} será sempre limitada a 100% da QDC.

17.9.1.1.1 A apuração da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA Base (QDR_{base}) deverá ser realizada a partir do cálculo da média da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA de GÁS, pela COMPRADORA, nos 3 meses anteriores (m-1, m-2 e m-3) ao MÊS de início da ocorrência do evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

17.9.1.1.2 Se, em qualquer dos 3 (três) meses anteriores ao MÊS de início da ocorrência do evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR (m-1, m-2 e m-3), a QDR_{mensal} for inferior a 90 % da QDC, para efeito de apuração da média da QDR_{base1} e da QDR_{base2} será considerada, como QDR_{base} mínima, para o referido MÊS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA equivalente a 90% da QDC.

17.9.1.2 Sendo assim, considerando o caráter sazonal das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS entre (i) DIAS ÚTEIS e (ii) DIAS não úteis, a QDR_{base} deverá ser apurada em duas parcelas, quais sejam, QDR_{base1} e QDR_{base2} , onde:

- i. QDR_{base1} : Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS ÚTEIS para o período selecionado (m-1, m-2 e m-3);
- ii. QDR_{base2} : Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS não úteis para o período selecionado (m-1, m-2 e m-3);

17.9.2 A seguir, deverá ser apurada a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO ($QDR_{redução}$), conforme a seguir:

17.9.2.1 A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO ($QDR_{redução}$) deverá ser apurada a partir do cálculo da média das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS nos DIAS afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR dividido pelo número de DIAS afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR.

17.9.2.2 Na apuração da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA REDUÇÃO ($QDR_{redução}$) deverão ser considerados, no cálculo da média da $QDR_{redução}$, os DIAS em que (i) a $QDR_{redução}$ seja superior a QDR_{base} e (ii) os DIAS em que a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) seja maior ou igual à QDC.

17.9.3 Desta forma, a $QDR_{redução}$ deverá ser apurada, também, em 2 (duas) parcelas, quais sejam, $QDR_{redução1}$ e $QDR_{redução2}$, conforme a seguir:

- i. $QDR_{redução1}$: Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS ÚTEIS afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR;
- ii. $QDR_{redução2}$: Média simples da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA nos DIAS não úteis afetados pelo evento de CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR;

17.9.3.1 A seguir, deve ser calculada, então, a diferença entre a QDR_{base1} e a $QDR_{redução1}$ dos respectivos DIAS ÚTEIS afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, multiplicando esta diferença entre QDR_{base1} e $QDR_{redução1}$ pelo número de DIAS ÚTEIS afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, conforme a seguir:

$$QN_{FM1} = (QDR_{base1} - QDR_{redução1}) \times n^{\circ} \text{ de Dias Úteis}$$

17.9.3.2 Posteriormente, deve ser calculada a diferença entre a QDR_{base2} e a $QDR_{redução2}$ dos respectivos DIAS não úteis afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR multiplicando esta diferença entre QDR_{base2} e $QDR_{redução2}$ pelo número de DIAS não úteis afetados pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, conforme a seguir:

$$QN_{FM2} = (QDR_{base2} - QDR_{redução2}) \times n^{\circ} \text{ DIAS não úteis}$$

17.9.4 Assim, a QUANTIDADE DE GÁS total, não disponibilizada ou não retirada, decorrente de evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR é representada pelo seguinte valor:

$$QN_{FM} = QN_{FM1} + QN_{FM2}$$

CLÁUSULA 18 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

18.1 O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 18.2 abaixo.

18.2 Não obstante o acima, as Partes poderão ceder o presente Contrato nos casos em que a cessionária seja empresa sob controle ou com participação acionária da Parte cedente ou consórcio de que a Parte faça parte na condição de operadora ou não operadora.

18.3 A Compradora poderá ceder a qualquer tempo, mediante o envio de Notificação à Supridora com 60 (sessenta) Dias de antecedência, os direitos e obrigações decorrentes de qualquer parte da Quantidade Diária Contratual, nos exatos termos previstos neste Contrato, desde que a Compradora demonstre que o cessionário reúne condições de garantia técnica e solvência econômica satisfatórias para assumir as obrigações decorrentes de tal cessão, sem que a Supridora incida num risco comercial e econômico maior que o assumido.

18.4 Autorizada a cessão, dela deverá constar, obrigatoriamente, que a Parte remanescente opõe ao cessionário as exceções oriundas do Contrato que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanecerá solidariamente obrigado ao cessionário até o cumprimento integral pelo cedente de todas as obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

18.4.1 Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão responsáveis por todos os direitos e obrigações deles decorrentes na proporção de seus respectivos volumes.

CLÁUSULA [REDACTED]

[REDACTED]ção ao Nepotismo.

[REDACTED]RADORA não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, membro do [REDACTED]ho de administração ou da diretoria que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da [REDACTED]tor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

19.1.2 O descumprimento da obrigação acima acarretará multa de 1,0% (um por cento) do valor deste CONTRATO ou, alternativamente, poderá acarretar a resolução do CONTRATO na forma dos itens 16.1 (c) e 16.2, caso (i) na data de celebração do CONTRATO, o membro do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA tenha a relação mencionada no item 19.1.1, ou (ii) após a celebração do CONTRATO, uma vez alterada a composição do conselho de administração ou da diretoria da COMPRADORA e identificada a relação mencionada no item 19.1.1, o respectivo administrador da COMPRADORA não se abstenha de participar das decisões envolvendo este CONTRATO.

19.2 Da Conduta das Partes e das Práticas Anticorrupção.

19.2.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

19.2.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constitua violação à Lei 12.846/13, ao *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou ao *United Kingdom Bribery Act* (coletivamente denominados as "Leis Anticorrupção"). Para os efeitos desta cláusula, "Grupo" significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

19.2.1.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.

19.2.1.1.2 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como

não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei nº 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

19.2.1.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra Parte, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

19.2.1.3 Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado diretamente a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 19.2.1.1 e 19.2.1.2 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula 19.2.

19.2.1.4 [REDACTED] em políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis

[REDACTED] PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta cláusula, sendo que as PARTES não serão obrigadas a [REDACTED] mações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

19.2.1.6 Cada PARTE ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela PARTE Indenizante e pelos membros do Grupo da PARTE Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto na cláusula 16.4 e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

19.2.1.7 Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nesta Cláusula; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

19.2.1.8 Cada PARTE ("PARTE Notificante") reportará, sempre que tiver conhecimento, qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra PARTE para a PARTE Notificante.

CLÁUSULA 20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Nulidade das cláusulas contratuais.

20.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência do CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

20.1.2 Na hipótese do item 200, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade dela.

20.2 Modificação das cláusulas.

20.2.1 Este Contrato não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.

20.3 Declarações e Garantias.

20.3.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as obrigações do presente CONTRATO;

(d) O CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES;

(e) A resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

20.3.2 As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de ter pleno conhecimento que:

(a) Todas as informações deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo;

(b) O presente CONTRATO está em base equilibrada para as PARTES e apresenta condições comerciais de interesse das mesmas.

20.4 Cessão de Créditos.

20.4.1 A SUPRIDORA, como disposto no art. 286 do Código Civil Brasileiro, poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, aplicando-se, nessa hipótese, todas as demais disposições legais a respeito da matéria.

20.4.2 A SUPRIDORA deverá Notificar a COMPRADORA sobre toda e qualquer operação de cessão ou garantia de créditos decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, nos termos do item 20.4.1.

20.5 Revisão das Condições Operacionais

20.5.1 As PARTES se comprometem a revisar e, caso necessário, ajustar as condições operacionais do CONTRATO em virtude de eventuais modificações na forma de contratação de reserva de capacidade de transporte do GÁS NATURAL no SISTEMA DE TRANSPORTE da Transportadora Associada de Gás S.A. TAG..

20.6 Cuidado com o meio ambiente.

20.6.1 As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste Contrato, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

20.7 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

20.7.1 As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente CONTRATO em conformidade com a Lei sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados as PARTES deverão:

(i) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com estas cláusulas, e que, na hipótese de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à outra PARTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

(ii) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e implementar políticas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

(iii) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da PARTE detentora originariamente dos dados.

20.7.2 A PARTE causadora de vazamento ou mal uso dos dados será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à outra PARTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

[Redacted signature]

[Redacted signature]

ANEXO IV – MODELO DA NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

DATA		
NÚMERO		
	COMPRADORA	SUPRIDORA
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
EMAIL		

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	
PERÍODO DE FORNECIMENTO	
QDC (M³/DIA)	
PM	
PT	
PONTO DE ENTRADA	
PONTO DE SAÍDA	

PROVISÕES ADICIONAIS

APROVADO POR:	
COMPRADORA	<hr/> NOME: CARGO:
SUPRIDORA	<hr/> NOME: CARGO:

[Redacted signature area]

[Redacted signature area]

[Redacted signature area]

[Redacted signature area]

[Redacted]



[Redacted]



ALARSON GONCALVES FILHO

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]

[Redacted text block]